

## SEÇÃO III – OPINIÃO

### APP-SINDICATO – DA FILANTROPIA À LUTA DE CLASSES

Romeu Gomes de Miranda<sup>118</sup>

*Submetida e aprovada em maio de 2016.*

Entrava o ano de 1947. Os ecos da segunda guerra mundial ainda se faziam ouvir no cotidiano das pessoas por todo o mundo. Sir Winston Churchill, no dia da vitória, 8 de maio de 1945, proclamava do alto de uma janela em Londres, falando para uma multidão: “Em toda a nossa longa história, jamais vimos um dia como este”. Essa era a sensação, e o Brasil não ficou fora dessa euforia. A palavra de ordem na Europa era reconstruir as regiões devastadas, preparar a terra, semear, cuidar, colher a paz e a prosperidade. Na Europa, esse espírito não veio só; jorrou dinheiro em abundância, vinda do Plano Marshall. O Brasil ficou com o espírito, o espírito que corria a Europa e o mundo ocidental, de um mundo novo, um mundo de paz.

Um grupo de jovens professores, homens e mulheres, de duas grandes escolas de Curitiba, Colégio Estadual do Paraná e Instituto de Educação do Paraná, imbuídos desse espírito, movimentam-se para fundar uma entidade que congregasse os professores do estado. Em abril de 1947, criaram a Associação dos Professores do Paraná. Definidos os trâmites para registro da entidade, foi escolhido para Presidente o Professor Faustino Fávares que em entrevista anos depois, assim se manifestou:

“Não havia luta contra o governo e nem disputa pelo poder na entidade, que não tinha patrimônio e dinheiro. Exemplo disso foi o meu primeiro mandato, previsto para dois anos, que se estendeu por sete anos sem qualquer tipo de contestação.”

Dentro desse espírito, a entidade foi angariando simpatias e benesses; financiamentos, imóveis, etc, tudo dentro do espírito e do propósito de criar uma grande entidade de cunho filantrópico, associativo, cultural. Mas apesar da boa vontade da direção da entidade em cooperar com a generosidade do governo, em 1951 as então professoras primárias realizam uma passeata em Curitiba, reivindicando a

---

<sup>118</sup> Presidente APP Sindicato no período de 1996 a 2003. Professor Emérito da Rede Estadual de Educação. Ex Presidente do Conselho Estadual de Educação do Paraná. *E mail:* rgdemiranda@gmail.com

regulamentação da profissão. A direção absorve esse anseio e trata de incorporar a reivindicação, trazendo o movimento para dentro da entidade. Comissões são formadas para estudar o assunto e elaborar uma proposta a ser encaminhada ao governador.

Fiel à tradição das comissões, esta não fugiu à regra; resultou em frustração. As “dóceis” professoras, entretanto, não se curvam. Inconformadas, em 1963 irrompe um movimento mais agressivo, mais contundente: resolvem dar início a uma Operação Tartaruga. Iam às escolas, mas em vez de aulas, dedicavam grande parte do tempo para debater e organizar a luta. O governo concede 20% de gratificação para as professoras primárias sem habilitação e 25% para as habilitadas. O país vivia um período de intensa efervescência, mas a entidade representativa dos professores paranaenses permanecia distante. Quando alguns de seus diretores se manifestavam, era no sentido oposto aos movimentos sindicais e populares da época, que se alinhavam no apoio às reformas de base postuladas pelo presidente João Goulart. Estudantes e professores na base da associação já se articulavam para cobrar uma postura mais combativa dos dirigentes. O golpe civil-militar de 64 interrompeu tais articulações. No entanto, a resistência popular ao golpe avançava em todos os setores da sociedade, especialmente no meio universitário. Estudantes participavam do intenso movimento patrocinado pela União Nacional dos Estudantes e ao mesmo tempo atuavam como docentes nas escolas públicas estaduais. Com o apoio de professores mais antigos, iniciou-se um movimento subterrâneo para puxar a APP para o interior da efervescência daqueles dias. Intelectuais, artistas, religiosos e estudantes já saíam as ruas com frequência protestando pelas reivindicações populares. Mais verbas para a Educação, Luta contra o Analfabetismo, liderada pelo Professor Paulo Freyre, eram bandeiras simpáticas ao conjunto dos educadores. Daí a organizar um movimento por recomposição salarial e regulamentação da carreira docente, foi um passo. Na assembleia convocada para debater o caráter do movimento, adotou-se uma tática; não caracterizar como greve, mas como “congresso do magistério”, como forma de ludibriar a ditadura que havia proibido greves. O presidente da APP era Ismael Fabricio Zanardini, médico e professor do Colégio Estadual do Paraná. Porém, a tática de contornar a proibição ditatorial levou os professores a escolher um outro nome para presidir esse “congresso”; foi escolhido um líder católico, Professor Olien Zétola. Sob esse manto, que nem de longe enganou a Polícia Política, que resolveu apenas tolerar o tal “congresso” para não acirrar os ânimos e não perder o controle que fazia do movimento, uma sessão do “congresso” foi transferida para Ponta Grossa. Qual não foi a surpresa quando entra no recinto,

acompanhado do Bispo Dom Geraldo Pelanda, o próprio governador, Paulo da Cruz Pimentel.

O governador que era, no momento, alvo de protesto de um inflamado orador, pediu para falar, já que fora citado. O debate durou cerca de seis horas, ao fim do qual, Paulo comprometeu-se com reajuste dos salários e enviar para a Assembleia Legislativa um projeto de lei instituindo o Estatuto do Magistério (1). Assim a greve foi encerrada em clima de vitória. Depois vieram as perseguições, não por ordem de Pimentel, mas da polícia política que estava acima do governador. Vários líderes foram chamados a depor na Delegacia de Ordem Política e Social e outros até tiveram prejuízos em suas carreiras.

O golpe de 64, deixando claro a que veio, de que lado estava, a quem beneficiaria, ofereceu à jovem Associação dos Professores uma oportunidade histórica para definir ela também seu lado, seus aliados, seus interesses no contexto daquele estado nacional. Mas seus dirigentes, quase que na totalidade, alimentavam a ilusão de que colocado em “ordem” o país, reorganizada nossa economia, debelada a “corrupção que assolava o país”, os militares devolveriam a nação aos civis e novas eleições ocorreriam, quando então a pauta da educação e da valorização dos professores estaria sendo recolocada. Sob a “proteção” de uma conjuntura que retirava das bases a pressão por lutas imediatas de recomposição salarial, a diretoria volta-se para aquilo que chamavam “a verdadeira função da Associação”, unir a categoria, respeito às autoridades constituídas, colaborar com o governo na busca de soluções para a educação e para a valorização dos professores. Este seria o caminho mais seguro e mais certo para obtenção dos objetivos. Estrutura-se então uma entidade de auxílio mútuo, serviços, cabeleireiro dentro da entidade, viagens, lazer, etc.

A sonhada e propalada volta das eleições, devolução do poder aos civis, ia sendo adiada indefinidamente. As eleições propostas para 1967, saíram do mapa. Os Estados Unidos não queriam correr o risco de ter na América Latina um país da dimensão do Brasil, pendendo para a esquerda. Já bastava Cuba para tirar-lhe o sono, além do que a ilha caribenha não tinha a importância estratégica que tinha o Brasil para a economia norte-americana e a geopolítica mundial. O AI-5, nesse mesmo ano de 1968, calava o movimento estudantil, os movimentos de trabalhadores do campo e das cidades. Veio um período da paz dos cemitérios.

**1978- O longo silêncio é quebrado.**

A política de arrocho salarial, a ideia de Delfim Neto de deixar o bolo crescer para depois distribuir, não convencia os que viviam de salários. No centro do capitalismo industrial do país, o ABC paulista, os trabalhadores metalúrgicos iniciam um processo de greves questionando a política do arrocho. Por ser a primeira contestação aberta de expressão à política econômica da Ditadura Militar, o movimento dos trabalhadores metalúrgicos ganhou o centro da atenção da mídia, furando o cerco e o silêncio imposto dela censura. Nasce a figura do líder metalúrgico Luís Inácio da Silva, o Lula.

### **Reflexos na vida da APP**

Mais uma vez, os ventos da conjuntura insistem em empurrar a Associação dos Professores do Paraná para fora de sua zona de conforto. O movimento dos operários do ABC, lançou, em todo o país um grito de revolta e um apelo à organização dos trabalhadores e de todo o povo contra a Ditadura Militar. Aqui no Paraná, jovens professores, recém-saídos do movimento estudantil e de organizações de esquerda, passam a atuar dentro da entidade, com uma visão crítica à postura da direção que insistia em desenvolver uma ação de “colaboração” com o poder público, não só porque entendia ser este o método mais fácil para o sucesso das reivindicações da “classe” como costumavam dizer, mas porque não tinham, de fato, contradição com o sistema capitalista. Estes jovens professores buscam uma articulação com os professores de São Paulo, que haviam recém-criado o MOAP- Movimento de Oposição Aberta dos Professores, também militantes oriundos de organizações que se opunham ao processo de desenvolvimento capitalista no Brasil, com o objetivo de conquistar a direção da APEOESP. Desses contatos, foi se constituindo também no Paraná um movimento de oposição à diretoria da APP, movimento este basicamente radicado em Curitiba, Maringá, Londrina, com contatos esparsos em Foz do Iguaçu, Toledo, Moreira Sales, Jaguapitã, Ponta Grossa, e uma ou outra cidade do interior do estado. Em uma assembleia, quando se aprovou um rol de propostas a serem encaminhadas ao governador, estes jovens professores, ainda não organizados num movimento de oposição, fazem aprovar a ideia de estabelecer um prazo para que o Governador Jayme Canet desse uma resposta à categoria. O prazo aprovado foi de quinze dias, a despeito da posição da direção que achava um despropósito dar prazo ao governador.

Esse período passou sem um sinal sequer do governo. Reunidos em Londrina, na sede da APLP, Associação dos Professores Licenciados do Paraná, em 5 de agosto de 1978, os professores aprovaram o início de uma greve da categoria. O embrião de oposição, em Curitiba, de pronto pressionou a direção da APP, que a contragosto, convocou uma assembleia para a noite de do dia 10 do mesmo mês. O salão da sede no Edifício Asa, ficou superlotado, num sinal evidente de que o silêncio da base era apenas reflexo do silêncio da direção. Sem dificuldade, a greve geral da categoria foi aprovada. Foi um período muito difícil. Os professores concentravam-se no salão da APP pois havia o medo de sair às ruas. Vivia-se a plenitude do AI-5. A Polícia Federal monitorava as lideranças, especialmente aqueles militantes de esquerda. Organizamos debates todas as tardes com personalidades locais e nacionais. Um dos debatedores foi o Professor Darcy Ribeiro, recém-chegado do exílio. Para sustentar o movimento, as professoras revezavam-se na venda de sanduiches, bolos, pastéis, café, rifas, etc. A greve arrastou-se por 45 dias. O interventor Jayme Canet, negou-se a estabelecer qualquer negociação. O movimento encerrou-se dia 17 de setembro.

### **A estreia “oficial” da esquerda.**

Na abertura do ano letivo de 1979, a direção da APP convoca uma assembleia. Nesse dia, 19 de fevereiro, a oposição lança um manifesto, afirmando: “*o movimento que ora lançamos não se propõe a ser uma entidade paralela e sim uma organização dos professores pela base*”. A direção achou aquilo uma brutal ousadia. O advogado da entidade, à mesa dos trabalhos, assessorando o então presidente Izaias Ogliari, esbravejava mandando que alguém ligasse para o DOPS- Delegacia de Ordem Política e Social, comunicando que ali havia um grupo de subversivos conturbando a ordem. Alguém de bom senso interferiu, suspendendo a ligação. Estava marcado um momento que viria a ser fundamental na dinâmica das lutas da APP. Levantava-se uma voz que não só combatia os métodos da direção, mas buscava afirmar-se também na oposição ao regime e ao sistema capitalista. O movimento recebeu o nome de MOIP – Movimento de Organização Independente dos Professores. No Brasil, vários movimentos nessa linha constituem-se dentro das entidades que congregavam professores. O MOIP articula-se com esses movimentos, buscando apoio, troca de experiências, participação em reuniões e seminários nacionais. Em outubro de 1980 ocorre um encontro nacional dessas forças, em São Paulo, onde foi criada a UNATE – União Nacional dos

Trabalhadores em Educação, em oposição à CPB, Confederação dos Professores do Brasil. Mais tarde, numa fusão com a CPB, cria-se a CNTE- Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. Entretanto, a despeito de todos esses passos, o MOIP não tinha forças suficientes para ganhar uma eleição e dirigir a entidade. A fundação da Central Única dos Trabalhadores, em São Paulo, 1983, põe os militantes do MOIP em contato com os trabalhadores de todo o Paraná e do Brasil. Impulsionados por esse alento, a oposição se amplia e nas eleições de 1993, ganha as eleições com a Chapa OPA. A esquerda conquistava a direção da APP, a estas alturas já transformada em Sindicato em 1989, depois de promulgada a Constituição Federal de 1988 que estendia aos funcionários públicos este direito. Dois anos depois, 1995, a APP filia-se à CUT, numa expressiva assembleia em Ponta Grossa.

A APP deixava no passado os tempos de filantropia e ingressava definitivamente no cenário da luta de classes. Desde então, as direções têm atuado no sentido de levar o conjunto da categoria a entender que só uma mudança substancial no sistema de produção poderá colocar as riquezas do país, a ciência e a tecnologia a serviço dos brasileiros e de todos os que produzem essas riquezas, sejam elas materiais ou imateriais.

**Nota:**

(1) Sempre que eu me dirigia ao Jornal O Estado do Paraná, resolver alguma pendência, pois a APP tinha uma publicação semanal naquele periódico, Paulo Pimentel contava esta história com muito orgulho por ter sido o único governador que, segundo ele, “enfrentou “ uma assembleia de professores e saiu aplaudido.